

Epígrafe para o não esquecimento: memórias LGBT negras

Epigraph for not oblivion: black LGBT's memories

Jorge Luis Lopes Júnior¹
Nutyelly Cena de Oliveira²

DOI 10.26512/museologia.v11i21.41268

165

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

Este artigo parte da necessidade em se fazer uma revisão crítica sobre o esquecimento sistêmico das memórias LGBT negras nos museus, dando ênfase aos impactos das violências dirigidas a esses sujeitos. As críticas adotadas partiram de uma perspectiva interseccional, adotando a raça, orientação sexual e identidade de gênero como possibilidades de rasuras epistêmicas. Tendo em vista que os museus públicos são espaços de embate e acordos constantes para o reconhecimento das identidades, a inscrição dessas memórias é um ato político.

Palavras-chave

memória; esquecimento; identidades; LGBT; museu.

Abstract

This article starts from the need to make a critical review of the systemic oblivion of black LGBT's memories in museums, emphasizing the impacts of violence directed at these subjects. The criticisms adopted came from an intersectional perspective, adopting race, sexual orientation and gender identity as possibilities for epistemic rasures. Considering that the public museums is a space for constant struggle and agreements for the recognition of identities, the inscription of these memories is a political act.

Keywords

memory; forgetting; identities; LGBT; museum.

Introdução

A instituição museu é entendida como um espaço de prestígio social que salvaguarda e comunica a memória de determinados grupos sociais, seja por meio de objetos, obras de arte ou documentos, neste sentido, os museus se configuram como espaços de disputa das narrativas. Na definição convencional pensada pelo Conselho Internacional de Museus³ - Icom, o museu é apresentado como

1 Bacharelado do sétimo período de Museologia na Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa sobre Linguagens, Culturas e Identidades/UFOP, coordenado pela Profa. Dra. Kassandra Muniz (DELET-UFOP). Pesquisa Corpo, Memória e Imagem, com ênfase nos estudos culturais, relações étnico raciais e museus na América Latina. Contato: jorgelopes.contato@outlook.com

2 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) na Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional (UFRJ - MN). Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (2021). Graduada em Museologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (2018). Atua desde 2016 como curadora independente. Contato: curadoriaePesquisa@gmail.com

3 É importante ressaltar que essa definição de museus está em vigor desde 2007, porém uma nova definição está em processo de elaboração. Veja < https://www.icom.org.br/?page_id=2173 > Acesso em: 10 nov. 2021.

uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (ICOM-BR, 2017).

Portanto, nem todas as narrativas foram eleitas ao longo da historiografia dos museus públicos brasileiros para serem legitimadas como património material ou imaterial da humanidade, no caso das memórias LGBT negras, elas passaram por um processo histórico de silenciamento e apagamento social histórico. Isto é, na medida que reivindicamos o direito a salvaguarda e preservação de nossas narrativas confrontamos o discurso museal, assim, instaura-se no campo da Museologia a urgência de compreensão e apresentação das nossas histórias.

Desse modo, o ocultamento de nossas memórias atravessa gerações, imobilizando a representatividade política no imaginário social, nos colocando como “Outros”, reforçando a matriz colonial e cisheteropatriarcal do sistema vigente.

[...] logo, percebe-se que o sujeito branco é hegemonicamente o parâmetro a partir do qual são pensadas a proteção e a promoção de direitos humanos, mesmo dentro das identidades LGBTI, produzindo um aparato normativo incapaz de dar conta das violações de direitos humanos perpetradas contra os grupos que não têm a sua humanidade reconhecida, como as pessoas LGBTI negras. (RAMOS, 2020: 40).

O direito de acesso às nossas memórias é sobretudo um dispositivo para àqueles que virão, para que possam acionar lembranças que margeiam essas fissuras na cadeia de representações. A resistência que cada trajetória negra LGBT carrega no Brasil abre margem para um campo de subjetividades que cruzam o limite entre a vida e a morte. Neste sentido, produzir lembranças em um país que tem uma política de morte sistematizada pela branquitude⁴ e pelas esferas de poder do Estado brasileiro talvez seja um dos maiores atos políticos de nossas existências, para além de nos mantermos vivos. Se nossas expressões de vida extrapolam as regras normativas e os marcadores sociais sejamos então compreendidos como sujeitos de resistência. Para a autora Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade

[...] demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (AKOTIRENE, 2018: 54).

Assim a interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe. Neste sentido, não podemos permanecer no esquecimento, os museus não podem ser mais um campo de extermínio simbólico, mas sim um aliado na reparação histórica acerca do imaginário construído sobre nossas identidades e reconstituição deste processo em que nossas narrativas foram enquadradas à margem do aniquilamento.

4 Segundo Lia Vainer Schucman (2012: 2), “o conceito é utilizado para se referir às pessoas brancas, ele pode ser entendido como um marcador histórico-cultural, no contexto dos estudos sobre raça e racismo. Branquitude pode ser entendida como ideia, falaciosamente produzida, de superioridade racial branca. É resultante, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos”, neste sentido, o termo branquitude está atrelado ao racismo.

Nos é caro projetar luz à essas faces ocultadas pela memória histórica, “daí a necessidade de problematizar a memória, problematizar a memória do trauma” (MENESES, 2018: 10). É a partir deste processo que nossos corpos poderão criar condições de vida e liberdades que recuperem as nossas histórias do esquecimento. A urgência em inserir as memórias LGBT negras nos museus públicos brasileiros ocorre dentro da dimensão da reparação do trauma, trata-se de um trabalho institucionalizado em que a sociedade é responsabilizada por essas vidas ceifadas.

Sabemos que as vítimas desse apagamento nem sempre estarão presentes para poder contar em palavras as suas experiências e a representação em si da dor do trauma em ser LGBT negra/e/o no Brasil. Assim sendo, reconhecer essas memórias para apresentá-las de forma digna e humanizada é um dever das instituições do Estado brasileiro, neste caso, os museus podem ser instrumentos de fortalecimento da justiça e respeito dos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 garante a igualdade em dignidade e direitos como inerente a todos os seres humanos. A Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, consigna o princípio da igualdade ou da não-discriminação, em seu artigo 5º, segundo o qual, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, apesar destas disposições nossa história recente é marcada pela luta dos movimentos sociais LGBT, exigindo que a lei seja cumprida.

O esquecimento desses sujeitos é intencional. Partindo do pressuposto que a memória é um fenômeno construído, tanto no passado como no presente, isso se justapõe a uma consciência política que insiste em desvalidar as nossas vidas, no qual cria-se um cenário em que os nossos corpos são deixados ao abandono, sendo um desses aspectos a marca da agenda necropolítica. O termo necropolítica é apresentado pelo filósofo Achille Mbembe em seu livro *Necropolítica*⁵ descreve como, um sistema que é configurado a partir de estruturas que tem como objetivo provocarem a destruição de alguns grupos, ou seja, vidas específicas são alvos do poder da morte. Para Farias e Pinto (2016),

[...] a extensão desse raciocínio para pensar as coletividades humanas nos faz pensar que, em determinadas circunstâncias da experiência humana, algumas comunidades são eleitas, por motivos diversos, para serem vulneráveis, e, com isso, alvo de ataques que podem culminar com a destruição. (FARIAS e PINTO, 2016: 194).

A partir dessa realidade, algumas medidas são necessárias para que exista um estímulo permanente de incentivo a valorização dessas identidades e expressões de gênero nos museus.

Entretanto sabemos que essa é uma ação que será confrontada com o próprio pensamento do Estado brasileiro, é por essa razão, que o museu se configura como um espaço de confronto ao discurso oficial. Michael Pollack (1989) afirma que,

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional. (POLLACK, 1989: 4).

5 Ver em MBEMBE, Achille. *Necropolítica*; traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Epígrafe para o não esquecimento:
memórias LGBT negras

Por consequência, abarcar essa demanda com o intuito de responder a insuficiência e limitada ação de políticas públicas voltadas à preservação de nossas memórias gera-se um processo decisivo na luta histórica para a formação das nossas linguagens e expressões identitárias para que seja possível alcançar a integração de nossas histórias nos processos de musealização.

Sendo assim, a participação da comunidade se faz necessária, visto que o fortalecimento dessas ações pela própria comunidade possibilita que os museus dialoguem diretamente com essas iniciativas, ou seja, uma vez que nossas narrativas são legitimadas dentro dos museus públicos as possibilidades de reconstituição do imaginário sobre nossas histórias se ampliam.

As imagens cumprem um papel fundamental no que diz respeito ao envolvimento do público dos museus e o próprio processo da reconstrução do imaginário coletivo acerca de nossas identidades, sob esse aspecto, as representações dos nossos corpos podem apresentar uma certa pluralidade no discurso expositivo. À medida que essas identidades questionam as normas de controle do Estado e as políticas de gênero e raça, há uma urgência em se pensar na diversidade dos discursos e como eles são negociados no interior dos museus.

A saber, o apagamento histórico tem sido uma tática de manutenção das nossas memórias para a consolidação dessa escrita branca cisheteropatriarcal perversa que insiste em documentar e interpretar nossas memórias. Neste sentido, a academia e o sistema da arte são bases estruturantes que criam um diálogo direto com os museus nessa imposição acerca do esquecimento dos nossos, tendo em vista que raramente nossas narrativas são citadas, afinal, LGBT negres são historicamente lidos como aberrações, ridicularizados em todas as estruturas sociais, colocados distantes das histórias de família, dos afetos e principalmente dos saberes.

Em virtude disso, almejamos que seja possível incorporarmos essas epistemes marginalizadas pela geopolítica do conhecimento (que corresponde à museologia tradicional), nos quais hoje se fazem imprescindíveis no que tange o reconhecimento dessas intersecções identitárias. É preciso reconhecer essas práticas de transmissões como indispensáveis para situar o papel dessas memórias na Museologia⁶. Como aponta Jean Baptista e Tony Boita (2017),

Articular a relação entre a memória LGBT com museus e o patrimônio é, antes de tudo, uma ação cidadã interessada em colaborar na superação de fobias à diversidade sexual impregnadas na cultura nacional. Os profissionais de museus que assim o fazem, associam a questão do patrimônio, reconhecendo que a presença LGBT é importante e significativa para a construção do país, seja às personalidades históricas, seja ao retrato de lutas comunitárias. (BAPTISTA E BOITA, 2017: 111).

Memória e museus públicos

Inegavelmente os museus públicos devem fazer uma revisão dos seus processos de musealização e visualização, pois não será o suficiente apenas inscrever nossas memórias em exposições isoladas se não temos a garantia de produzir outras lembranças. A fratura está exposta, e essa é uma característica inerente a nós que carregamos um contexto histórico e social negligenciado pelas esferas de poder. No Brasil, segundo Boita (2014), o número de assassinatos contra LGBT segundo dados coletados em jornais e revistas a partir do perfil das vítimas é o seguinte,

⁶ Ver “O que é Museologia LGBT?” (BOITA; BAPTISTA; WICHERS, 2020), publicado na Revista Memória LGBT.

Travestis 51,86%, Gays, 36,79%, Lésbicas 9,78%, Bissexuais 0,39%. Quanto a faixa etária, cerca de 54,99% possuem de 14 – 29 anos, de 30-39 13,50% e a partir dos 40 anos, 14,68%, nesta segunda análise, não abrangeu a questão de raça. (BOITA, 2014: 13).

Deste modo, no Brasil a raça é um marcador determinante e estruturante do genocídio contra a população LGBT negra, por consequência está se torna uma política de extermínio no qual os corpos são feitos como vias para morrer. Logo, é inaceitável que os museus continuem a compactuar com essa agenda genocida.

Acima de tudo é preciso traçar um projeto institucional que inclua as nossas identidades de modo que possamos colaborar diretamente contra a manutenção de poder das narrativas brancas, cis, heteronormativas e LGBTfóbicas que nos silenciam e nos tira a vida. Em outras palavras, consideramos a comunicação dos museus públicos brasileiros como um campo de ação-reflexão para incorporação das nossas histórias plurais e que permite a identificação dos encontros e desencontros entre todas as identidades. Como nos chama atenção Diana Lima (2010),

O museu compartilha do processo comunicacional e isto é um fato perceptível para o público -- sua clientela, seu consumidor -- no espaço da exposição. Com seus recursos e estratégias esta criação associada à imagem do museu é considerada um meio de expressão ao articular mensagem específica e de feição simbólica sob forma de linguagem museológica, opera no âmbito do conhecimento disseminando a informação cultural própria da instituição. Em síntese, a exposição apresentada sob a forma tradicional, ou não, é um discurso (pensamento/saber) posto em atividade (ação) e percebido/recebido por uma variedade de grupos sociais, os visitantes dos museus. (LIMA, 2010: 17).

Tratando-se do desafio de se pensar numa comunicação que dê conta da pluralidade das nossas narrativas é necessário que os museus considerem as tensões sociais presentes nesses espaços, impulsionadas por um pensamento binário e heteronormativo em seus processos de aquisição, documentação e comunicação de nossas memórias. Nesta direção, para que seja possível a reparação dessas memórias nos espaços museais é fundamental que reconhecemos esse lugar trágico instaurado pela colonialidade na historiografia dos museus.

Em vista disso, Mignolo (2008: 304) afirma que a opção descolonial “significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna *vis-à-vis* à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade”, neste sentido, incorporar o pensamento descolonial nas práticas curatoriais é imprescindível para que as nossas narrativas sejam validadas.

Museus e processos de comunicação

Desse modo, a visão estigmatizada, subalternizada e destituída de humanidade que perpassa a distribuição e exercício do poder da curadoria normativa, não nos cabe. Aos processos de curadoria cabe legitimar as nossas performances aliadas às questões políticas, econômicas, sociais, raciais e de gênero como um exercício de recuperação da nossa humanidade. Como aponta a curadora Diana Lima (2016)

Epígrafe para o não esquecimento:
memórias LGBT negras

O curador é aquele que propõe uma nova lente ao situar tais dispositivos em um espaço-tempo e em uma discussão histórico-social. O termo “curador” deriva do latim *curare*; ele é, portanto, aquele que cura, cuida, zela por alguma coisa. Mas essa ideia encontra suas primeiras implicações no momento em que levamos em consideração as relações de poder investidas à figura do curador e dois conceitos que são inseparáveis quando se problematiza a invisibilidade e/ou criminalização da produção cultural dos negros no Brasil: racismo estrutural e epistemicídio. (LIMA, 2016: 1).

Assim, a noção de curadoria pode ser vista como sendo lugares para criação de outros lugares afetivos, ativos nas localidades específicas geográficas, articulados com as demandas e carências de cada território. E, inevitavelmente, requer desaprender que o conhecimento nesta prática se constrói coletivamente, que é preciso uma compreensão de como a comunicação nos museus pode ser um campo de recuperação das representações das memórias LGBT negras. A possibilidade de se construir uma consciência política sob uma perspectiva que rasura as hierarquias e os modos de percepção cisheteropatriarcal, num movimento em que nossas subjetividades passam exercer valores a percepção do outro. Entretanto, há uma compreensão que se aproxima do que a pesquisadora Diana Lima (2010) chama atenção:

Torna-se importante relacionar, a esta altura, o papel educativo outorgado ao museu pelo próprio campo cultural e, do mesmo modo, à sua significação de construtor de uma atitude ligada à imagem/modelo de mundo e, por extensão, alcançando o tema da identidade cultural referenciando uma determinada realidade. (LIMA, 2010: 21).

Logo, garantir nossas expressividades e pluralidades de existências numa dimensão básica da dignidade humana e da inclusão social é uma luta de todos. Sendo espaço de reflexão do que a realidade impõe à essas identidades, os museus também estão suscetíveis a reprodução dessas violências através do campo simbólico, institucional e epistemológico. De tal forma que para romper com o traço colonial seja imposto aos museus a criação de políticas de inclusão que não se limitem a exposições, mas que se expanda também ao seu corpo técnico. Uma vez que, sem a manutenção das hierarquias colocadas não há reconhecimento de direitos básicos que nos foi negado no campo dos museus.

Em virtude disso nossos corpos habitam uma vida precarizada, para Judith Butler (2012),

Já há certa violência quando somos remetidos a um discurso, nomeados, submetidos a uma série de imposições, compelidos a responder a uma alteridade exigente. Ninguém pode controlar os termos segundo os quais o discurso nos é remetido, pelo menos não em sua forma mais fundamental. Ser submetido ao discurso é, já de início, ser despido de vontades e sentir esta privação como a base de sua própria situação no discurso. (BUTLER, 2011: 23).

Tem sido comum a nós estarmos constantemente à deriva do sistema dominante da arte e todas as suas adjacências, portanto, não iremos aceitar o apagamento de nossas identidades na História presente. O desejo de produzir lembranças faz parte de um esforço coletivo entre nós, mesmo sob a iminência brutal da morte. A cada desaparecimento de um de nós, quase sem exceção, se levanta a presença de um outro e, essa presença de um outro de nós talvez seja o que assombra a memória daqueles que nos violentam cotidianamente, dos que nos assassinam.

Logo, sabemos que o movimento que antecede o direito à presença de nossas narrativas neste espaço extrapola os marcadores de exclusão sob as nossas sexualidades e identidades de gênero dentro do discurso colonial que instituiu os museus públicos. Como Judith Butler (2011) afirma,

[...] a estrutura do discurso é importante para a compreensão de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordarmos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer. (BUTLER, 2011: 15).

Neste contexto, se torna inadiável a negociação significativa das nossas identidades a fim de humanizar a nossa condição enquanto sujeitos. De tal modo que nossas memórias não fiquem apenas presas a uma fixação colonial, se torna fundamental que seja cultivado entre nós o sentimento de pertencimento e de direito à salvaguarda de nossas memórias. A autora e psicanalista Grada Kilomba, nos lembra que,

O termo sujeito, contudo, especifica a relação de um indivíduo com sua sociedade; e não se refere a um conceito substancial, mas sim a um conceito relacional. Ter o status de sujeito significa que, por um lado, indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas diferentes de intersubjetividade e realidades sociais, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades em que vivem. Em outras palavras, elas/eles podem ver seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade – o status absoluto de sujeito. (KILOMBA, 2019: 74).

Dessa forma, o exercício de musealização de nossas narrativas partem de uma rasura das dinâmicas estruturais do sistema da arte, pois este segue permeado de ausências de nossas memórias e contribuições. Por assim dizer, nos vemos como ameaças as formas de ver da cisgeneridade heteronormativa. Segundo a artista e pesquisadora Jota Mombaça (2017),

Essas posições conseguem aceder às categorias políticas de pessoa e sujeito; é também por meio não-marcação que as narrativas produzidas desde essas posições alcançam seu efeito de verdade e sua aparência de neutralidade. Dessa forma as críticas cis e brancas ao conceito de lugar de fala são parte de uma luta política pela manutenção das estruturas de privilégio e dominação que configuram essas posições como legitimamente humanas, em detrimento da subalternização de uma multidão de outros hiper-marcados pelas miradas cis colonial e branca-supremacista. (MOMBAÇA, 2017: 1).

Isto posto, a museologia e os museus públicos têm uma dívida histórica com nossas identidades, assim sendo, não há outro caminho além da alternância de poder, aqui acreditamos ser um passo importante para que possamos assumir o discurso produzido na eminência de nossa sobrevivência. Em suma, a construção deste processo nos museus aciona um diálogo que presume alteridade, mesmo que levaremos tempo - com vistas a induzir um pensamento crítico ao público acerca das nossas lutas sociais e históricas em prol da nossa dignidade, cidadania e humanidade.

Combatendo pela fuga

A noção de fuga mantida nesta sessão é propriamente dita por uma característica de sobrevivência ancestral da população negra, uma sabedoria que possibilitou a própria existência de nossas identidades na contemporaneidade. Pois para que nos mantivéssemos vivos e vivas até aqui foi preciso resistir entre a vertigem e a efemeridade, num tempo que nos é caro, e que comumente somos colocados como alvo na luta pelo poder.

Aqui, a ausência é o outro da presença. Essa sobrecarga da história em nossas travessias tem exigido de nós a malícia para entendermos que o poder está no movimento de recuperar dos escombros formas de vida que reestabeleçam os limites dos marcadores impostos aos nossos corpos, e acreditarmos que desde o momento que nos levantamos dos destroços estamos desmontando a colonialidade.

Acreditamos que as nossas presenças nos museus, não nos livra de outros campos de extermínio, mas contribuí para a reivindicação de um futuro à nossa comunidade. Logo, os museus públicos brasileiros deverão ir mais além, revisando o seu corpo técnico, suas políticas institucionais de aquisição e descarte, seus processos de pesquisa e documentação em relação as nossas memórias em contraste com o que a Museologia tradicional têm desempenhado até esse momento.

Ver no presente e não ver preso ou presa ao presente. A capacidade imaginativa radical fabrica uma visualidade, ou melhor, um corte na visualidade do presente possibilitando a passagem, oferecendo pelas fendas o futuro, um futuro que já não é mais coextensivo do presente. Para estar “em comum” é preciso ter atravessado mundos e, obviamente, ser atravessado por eles e com eles. A imaginação consiste em imaginação radical, quando sua política imaginativa se desvincula do progressismo sequencial e linear, compondo com as condições de existência outras condições para existir, transportando toda utopia para longe de uma temporalidade sempre adiada e a trazendo cada vez mais próxima de um novo tempo dos acontecimentos que se experimenta no agora mesmo diante de eventos que reencenam lutas com o passado. (GADELHA, 2020: 62).

Afinal, a experiência de testemunhar as atualizações de nossas presenças e ausências é um exercício de adensamento ao campo órfico e visual, particularmente no deslocamento das nossas identidades nesse espaço criado pelas cartografias coloniais. Segundo Selligman-Silva (2010)

O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. (SELLIGMANN-SIVA, 2010: 5).

Neste sentido, a relação que LGBT negres constroem em proximidade com a morte, é um aspecto que atravessa diariamente nossos corpos – essa realidade em si constitui uma experiência traumática, assim, tornar os nossos testemunhos como instrumento educacional nos museus faz parte da inscrição de nossas vidas numa agenda anti-lgbtfóbica.

É perceptível que há um ruído em meio aos silenciamentos das memórias negras LGBT nos museus públicos, nos patrimônios e em todos esses monumentos fincados em nome de um pacto colonial. Sendo assim, evocar nossas memórias é parte à deriva. E nós ainda nos perguntamos, mais quantas vidas negras LGBT ainda serão asfixiadas, esquartejadas e soterradas, para serem lembradas em algum tempo-futuro por essa nação?

A intelectual Jota Mombaça em seu livro *Não Vão Nos Matar* (2021) expande a discussão no momento que ela propõe uma greve ontológica, para Mombaça:

A emergência historicamente disruptiva de discursos, práticas e demandas antirracistas, queer/cuíer, feministas e descoloniais a partir dos anos 1960, definitivamente mudou o horizonte representacional em relação ao qual as políticas da visibilidade se define. Ainda assim, não é seguro ler esse processo como sendo linear ou transparente, especialmente se consideramos a elasticidade do capitalismo racial, (isto é, a habilidade em reconfigurar os modos de apropriação do trabalho de comunidades racializadas contra essas mesmas comunidades), a onipresença de formas racializadas e genderizadas de aniquilação e as contradições internas às formas de distribuição da violência como elementos constitutivos desse processo. (MOMBAÇA, 2021: 51-52).

A autora também compreende que a reconfiguração da lógica de comunicação dos museus públicos e do sistema da arte no que tange as políticas de visibilidade não deverão ser debatidas sem a presença de nossos corpos. Tendo em vista que esse é um direito legítimo nosso em repensar as hierarquias que estruturam a dinâmica desses espaços de manutenção e controle de nossas narrativas. Neste sentido, a nossa presença viva, trata-se de um tensionamento nas relações de poder que se constroem nos espaços do museu, que não se limitam às exposições, mas também incluem os programas educativos, agenda de investigações, publicações e política de aquisição de coleções. Assim trata-se de enfrentar o desafio de operar o museu a partir das nossas percepções, ou seja, pelas linhas de pensamento e ações que provocam cisões na museografia normativa.

Figura 1: À esquerda Musa Michelle Mattiuzzi, à direita Jota Mombaça, em *Spell to Become Invisible*, 2019.



Fonte: Acervo pessoal da artista Jota Mombaça. Cortesia do artista

Em *Spell to Become invisible*, as artistas realizam pesquisas artísticas como um chamado para uma epígrafe ao fim do mundo como o conhecemos. Em seus processos (Fig. 1) há um convite para pensarmos na decomposição das palavras-monumentos ainda que sem memória, dependentes da escrita de uma história (e sua temporalidade) que se encerra no corpo o abandono da experiência normatizada e objetivada pelo discurso ao encarnar sensibilidades entrópicas, não-localizadas. Assim como em *Afemia* (Fig. 2), que segundo o artista se trata da perda da memória para palavras, um distúrbio da linguagem no qual se sabe o que quer ser manifestado, mas não como ser dito.

Figura 2: Morani, Afemia. 2021.



Fonte: Acervo pessoal da artista. Cortesia do artista

Dessa forma, nos interessa pensar em fissurar as práticas de dominação e os processos museológicos como conhecemos. Assim, se torna necessária uma nova forma de reestabelecer as memórias LGBT negras nas relações dentro e fora das instituições para que possam ascender às categorias políticas de pessoa e sujeito.

Em diálogo com este debate na perspectiva das comunidades negras LGBT, Geanine Vargas Escobar⁷ (2021), em sua uma biomitografia de escrevivências⁸, intitulada *Por uma Museologia Lésbica Negra*, nos apresenta por onde emergem discriminações, subjetividades e silenciamentos, e a frequente busca por quebra-los. Segundo a autora, o “silenciamento colonial htcissexualizante, ao longo dos séculos de histórias mal-contadas, violências físicas, simbólicas e epistêmicas” (VARGAS ESCOBAR, 2021: 7), por isso a necessidade de, especialmente, “quebrar parte destes silenciamentos seculares, recuperar alguns fragmentos da minha própria trajetória, que está em constante transformação epistemológica e política a partir da coletividade negra e do aprendizado comunitário”. (VARGAS ESCOBAR, 2021: 7). Neste desafio, a autora se aproxima do pensamento da intelectual Tatiana Nascimento⁹ quando ela nos convida a exercitar a nossa capacidade de reimaginação e fruição de escuta das memórias cuíer. Para Nascimento (2018),

queerlombismo > cuíerlombismo como política afetiva, hormonal, palavreira, cultural, sexual, revolucionária de fortalecer y florir o queerlombo > cuíerlombo de nossa palavra afiada, que não só corta os véus da história engessada, mas corta os laços com um futuro em que não podemos existir, sequer ficcionalizar: que nos desconecta de um projeto de mundo que não só quer que a gente morra – quer que a gente não sonhe. porque reagir à dor também tem que ser curar a dor, e porque recusar o projeto colonial htcissexualizante é refundar nossas próprias práticas/experiências/subjetividades negras cuíer, penso que mais que reagir, mais que denunciar, podemos nos recusar a fazer de nossa literatura unicamente um projeto de denúncia e desmonte desses modelos heterocissexistas que tentam apagar nossa queeráspora, tentando nos definir a partir apenas de sua mirada. (NASCIMENTO, 2018: 8).

Logo o pensamento da poeta nos move a pensar que existe uma experiência compartilhada que emerge nas brechas e por assim ser, possibilita um atravessamento que é ancestral as nossas subjetividades cuíer. Queerlombo não como fim, mas como um meio de acessar e produzir lembranças que sejam capazes de reverberar cartografias que sirvam de miragens para àquelas que estão por vir.

7 Lésbica, negra, Conservadora-restauradora de Bens Culturais Móveis, Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural, Doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais, a autora (2021, p.6).

8 Texto de Vargas Escobar foi inspirado na autobiografia *Zami: a new spelling of my name* [a biomythography by Audre Lorde], de Audre Lorde (1982), autora poeta negra lésbica mãe guerreira (Lorde, 1984).

9 Ver <https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>

Iniciativas de memória e direitos LGBT

Iniciativas como a realização do I Seminário Brasileiro de Memória, Museologia e Comunidade LGBT do Brasil, encontro que reuniu distintos profissionais de museus e de memória, bem como integrantes de movimentos sociais. Em conjunto, os resultados deste encontro revelaram que existem um distanciamento entre a realidade de pessoas LGBT que pertencem à classe média brasileira quando comparadas com as populações de baixa renda, indicando que a museologia e memória LGBT produzida no Brasil tem suas particularidades e necessita estar associada ao critério de classe e raça para estar conectada com a realidade nacional (REVISTA MEMÓRIA LGBT, 2013).

A saber, o Museu da Pessoa realizou uma ação que incluiu relatos de pessoas trans no acervo intitulado TransHistórias¹⁰, assim, para a instituição o objetivo era, “resgatar a memória e a dignidade de indivíduos vítimas de tráfico humano, exploração, violência, DST/HIV/AIDS e discriminação, que têm seus direitos humanos, civis e políticos fundamentais expropriado” (MUSEU DA PESSOA, 2014).

Semelhantemente o Museu da Diversidade Sexual¹¹ tem como foco “especialmente nas identidades de gênero, orientações sexuais e expressões de gênero das minorias sexuais para estabelecer um espaço de convivência, manutenção da memória dessa população e potencializar estudos acerca da diversidade sexual” (MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL, 2012).

Logo, para além destas ações no interior dos museus frente às tentativas das discussões que dizem respeito às memórias LGBT negras, podemos também destacar no cenário nacional a REDE AFROGLBT, criada durante o I Encontro Nacional de Ativistas LGBT afrodescendentes, na cidade de Brasília em novembro de 2005, tem como intuito reivindicar políticas públicas e de enfrentamento a toda forma de opressão e exclusão da comunidade LGBT negra. Atualmente a REDEAFRO LGBT é composta por mais de 90 integrantes, distribuídos em 15 estados e distrito federal (AL, BA, CE, GO, MT, MG, PB, PE, RJ, SP, SE, PI, RO).

Igualmente Associação Nacional de Travestis e Transsexuais – ANTRA¹², que desde 1992 têm realizado ações em prol da vida e bem viver. Inicialmente ficou conhecida no Rio como Associação de Travestis e Liberados, a antiga AS-TRAL, ressaltamos que apesar das mudanças estruturais desde aquele não por diversas mudanças estruturais e lideranças, manteve seus princípios quanto ao mapeamento, produção de estudos voltadas à questão T, denúncias nas instâncias cabíveis dos assassinatos de pessoas Trans no Brasil. Bem como também promovem campanhas informativas e pospostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transsexuais, em colaborarem em todos os níveis com outras redes que s redes, que trabalham com Direitos Humanos, intercambiando as experiências nas áreas de atuação de cada uma delas.

No mesmo caminho, o Grupo Gay da Bahia – GGB¹³ em Salvador desde 1980 tem se destacado na defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, atua especialmente no combate a homofobia e prevenção do HIV e AIDS entre a comunidade.

10 Ver em Coleção TransHistórias no acervo do Museu da Pessoa <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/colecao/transhistorias-97477>

11 Ver em <http://www.mds.org.br/quem-somos/>

12 Ver em <https://antrabrasil.org/sobre/>

13 Atualmente o GGB ocupa a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e em 1998 passou a ocupar também a Secretaria de Saúde do município.

Epígrafe para o não esquecimento:
memórias LGBT negras

Outra iniciativa que destacamos é o Grupo Arco-Íris – GAI, que desde 1993 vem pautando sua agenda voltada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas intersexo, com o enfoque na cidadania, promoção dos direitos humanos e de uma cultura de paz, combate à violência, justiça social, prevenção e atenção em IST, HIV/Aids e hepatites virais entre outras questões que busquem a melhoria da qualidade de vida dessa população, bem como a produção de ações voltadas para a cidadania e a prevenção, o grupo desenvolve projetos no campo cultural.

O Instituto LGBT+¹⁴ surge no ano de 2018 com o objetivo de defender, promover, fomentar e difundir a cultura, o legado cultural e artístico e a memória da comunidade LGBT+ brasileira, segundo o instituto “todas nossas ações são norteadas pelo conceito Direitos Culturais são Direitos Humanos de pessoas LGBT+, neste aspecto, trabalhamos no sentido de garantir direitos de expressão, criação, difusão, fruição, preservação da memória de práticas culturais de pessoas LGBT+ e, para tal, fornecemos acesso uma educação artística que respeite e valorize a diversidade de identidades culturais” (INSTITUTO LGBT, 2018).

No mesmo caminho nasce o MUTHA – Museu Transgênero de História da Arte¹⁵ foi criado em 2020, tendo como missão criar incentivos, ferramentas e alternativas à produção de dados sobre violências cotidianas às pessoas trans no Brasil, a fim de resgatar as memórias apagadas desses sujeitos. Um dos seus principais objetivos é a criação de um vasto arquivo brasileiro sobre história e arte trans, neste sentido, o MUTHA, não só valoriza as memórias e produções artísticas dessas existências, bem como visibiliza os modos de ser e estar no mundo dessa população.

Por fim, a Revista de Memórias LGBT (RMLGBT)¹⁶ que tem como idealizadores, Jean Baptista e Tony Boita, têm realizado desde o seu lançamento no ano de 2013, ações de preservação, fomento e difusão da memória LGBT, além de auxiliar no enfrentamento de violência e a superação da homofobia, o machismo e o sexismo (BOITA, 2018). No ano de 2020 houve uma parceria que reafirma a presença de corpos pretos para além da sigla LGBTQIA+ - a Rede Museologia Kilombola (RMK)¹⁷. A proposta de parceria teve como proposta organizar uma publicação comemorativa de dez anos da Revista de Memórias LGBT, a edição comemorativa apresentou a temática Etnia, Raça e Sexualidade: memórias e corpos pretos em afeto¹⁸, a mesma teve como curadoria membros da Rede Museologia Kilombola, levando para os leitores a história da rede por meio de memórias, ensaios, entrevistas, músicas, exposições, poesias e artigos. Em meio às reflexões que a RMK vem levantando, compreendemos que há um compromisso coletivo e engajado na luta antirracista, classista e contra qualquer opressão, para promover avanços e estar atentos, visando, de fato, uma transformação no interior da Museologia.

14 Ver em <https://instituto.lgbt/>

15 Ver em <https://mutha.com.br/sobre/>

16 A Revista Memória LGBT – RMLGBT é um periódico digital colaborativo e tem como premissa a salvaguarda e a comunicação da memória LGBT. Tal iniciativa atende a uma demanda e direito contemporâneo em superação a homofobia e a ausência do protagonismo LGBT em museus e espaços de memória. Desta forma, a RMLGBT em seu formato virtual, colaborativo e compartilhado, pretende-se atender demandas que promovem a memória de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (BOITA; 2014). Acesse a página da RMLGBT <https://memoriaslgbt.wpcomstaging.com/>

17 Ver em <https://www.icom.org.br/?p=2132>

18 Ver em <https://pt.calameo.com/read/001105595e0b20266cf55>

Bem como nos apresenta a autora e teórica estadunidense bell hooks não nos deixando esquecer quando diz em seu livro *Olhares Negros: raça e representação*, que “os mortos nos conclamam a lembrar” (hooks, 2019: 319), e é neste sentido que reivindicamos a inscrição dos nossos para se construir, de se construir por meio das brechas possibilidades para que nossas existências assumam um papel diferente do que a museologia normativa tem abarcado em suas práticas de “reparação”.

Considerações Finais

Para concluir, apontamos para a urgência em se fazer uma revisão acerca do esquecimento sistêmico das memórias LGBT negras nos museus públicos parte justamente pelo apagamento sistêmico de nossas identidades nestes espaços. Às memórias LGBT negras os museus públicos devem o lugar de enunciação das nossas subjetividades, considerando que as nossas narrativas são plurais – e que existe um desejo de nossos corpos em nos aproximarmos desse espaço, o museu. Logo, o reconhecimento de nossas memórias como campos de produção de sentidos é um passo importante para reparação.

Percebe-se que denunciar a ausência de nossas memórias nos museus públicos brasileiros não nos deixa esquecer da construção sistemática e atribuição de sentidos no qual o desejo colonialista estabeleceu aqui como projeto de imaginário social acerca das histórias LGBT. Parte de um processo para uma possível reconstituição das camadas sógnicas sobre nossas identidades e isso não poderá estar condicionado a uma demanda de objetificação, pois as nossas presenças dentro desse espaço historicamente construído contra nós é um ato de revelia e recuperação do sistema de valores que agora operam as nossas imagens e fabricam sentidos sobre nossas memórias e a história.

Tendo em vista os fatos apresentados, se os museus públicos têm sido locais de afirmação dos discursos e as imagens correspondem fundamentalmente às hegemonias de visibilidade do seu tempo, esta proposição de revisão acerca das ausências das identidades negras LGBT nos museus deverá ser um exercício comprometido com um presente que se faz urgente, em que nossas presenças reivindicam trazer à luz essas memórias que foram colocadas a sombra dos acontecimentos.

Nesse sentido, ao levantarmos essas questões enquanto profissionais negres LGBT, compreendemos que a temática é urgente e ainda pouco estudada no campo da Museologia, por assim dizer, ainda é preciso transgredir e evidenciar as memórias LGBT negras. A partir de uma perspectiva interseccional mobilizamos raça, orientação sexual e gênero, para evidenciar como a política do silenciamento imposta historicamente sobre nossos corpos negres têm produzido no campo museal, como evidenciamos anteriormente - a partir das armadilhas da branquitude e da necropolítica - ausências das memórias de pessoas negres LGBT nos museus públicos brasileiros. Além disso destacamos caminhos abertos a partir de algumas iniciativas de memória e direitos LGBT, permitindo compreender os múltiplos discursos e ações que permeiam às narrativas de pessoas LGBT, os conceitos no campo da sexualidade, da branquitude, e dos variados saberes e poderes que produzem os discursos sobre a sexualidade e a raça, de forma a apreender como foram produzidos o imaginário social que regia um período. E por fim, para vencermos reducionismos das estruturas de poder ou relações sociais, é preciso considerar os marcadores sociais diversos e a interseccionalidade, “caso contrário continuarão a fazer parte da massa de

Epígrafe para o não esquecimento:
memórias LGBT negras

intelectuais e ativistas que seguem os cânones estabelecidos para continuarem colonizados e colonizadas” (VARGAS ESCOBAR, 2021: 10).

Glossário de Terminologias Utilizadas no Artigo

Orientação sexual: é definida como a capacidade de cada pessoa de sentir atração emocional, afetiva e sexual por alguém, bem como a capacidade de manter relacionamentos íntimo e sexual com essa(s) pessoa(s).

Mulher lésbica: mulher que se sente emocional, sexual e romanticamente atraída por outras mulheres.

Homem gay: homem que se sente emocional, sexual e romanticamente atraído por outros homens.

Mulher ou homem bissexual: pessoa que se sente emocional, sexual e romanticamente atraída por homens e mulheres.

Travestis: pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e têm expressão de gênero feminina, embora não se reconheçam como mulheres de acordo com o que ser mulher está construído em nossa sociedade.

Pessoa cis (cisgênera): pessoa cuja identidade de gênero corresponde àquela designada ao nascer.

Expressão de gênero: refere-se à manifestação externa do gênero de uma pessoa. Ela é visível e pode ser uma fonte de identificação, especialmente quando, por meio de características como a vestimenta, os maneirismos, as modificações corporais e as expectativas tradicionais de expressão de gênero são transgredidas.

Identidade de gênero: é a experiência do gênero, conforme cada pessoa sente profundamente, que pode ou não corresponder ao gênero atribuído ao nascimento e que pode ou não envolver a modificação do corpo por meios médicos, cirúrgicos, hormonais ou outros.

A definição da identidade travesti, assim como a definição das demais identidades trans aqui presentes, foram extraídas do dossiê sobre assassinatos contra travestis e transexuais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Orgs. Bruna Benevides; Sayonara Naider Bonfim. Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019.

Referências

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Orgs. Bruna Benevides; Sayonara Naider Bonfim. *Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019*. São Paulo: ANTRA; IBTE, 2020, p. 69. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/do_dossic3aa-dos--assassinatos-e-daviolc3aancia-contra-pessoas-trans-em-20129-pdf

AKOTIRENE, Carla. *O que é Interseccionalidade?*. Editora Letramento. 2018.

BAPTISTA, Jean, BOITA, Tony. Memória e Esquecimento LGBT nos Museus, Patrimônios e Espaços de Memória no Brasil. *Revista do Centro de Formação e Pesquisa e Formação*, n. 5. 2017. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11547_JEAN+BAPTISTA+E+TONY+BOITA. Acesso em: 9 de maio. 2021.

BAPTISTA, J., Boita, T. & Wichers, C. O que é Museologia LGBT?. *Revista Memórias LGBT*, 12. Disponível em <http://www.memoriaslgbt.com>. Acesso em: 01 jan. 2022.

BOITA, Tony W. *Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista*. 2014. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia. 2014. Disponível em: https://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

BOITA, Tony Willian. *Cartografia etnográfica de memórias desobedientes*. 2018. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: < <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9364> >. Acesso em: 01 jan. 2022.

BUTLER, Judith. Vida Precária. Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 1, n.1, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18> Acesso em: 13 de maio. 2021.

GADELHA, José J. Abertura para o vasto mundo: um adeus à realidade espectral e um chamado além da imaginação real. *Revista Eletrônica Interações Sociais - REIS*, v. 4, n. 2. 2020: Dossiê “Estratégias Decoloniais; perspectivas antirracistas e contrahegemônicas”. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/issue/view/801>. Acesso em: 3 maio. 2021.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação / bell hooks; tradução de Stephania Borges*. São Paulo: Elefante. 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*; traduzido por Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora de livros Cobogó. 2011.

LIMA, Diana F. C. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 3, n. 2. 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/167>. Acesso em: 5 maio. 2021.

Epígrafe para o não esquecimento:
memórias LGBT negras

LIMA, Diane. *Diálogos ausentes e a curadoria como ferramenta de invisibilização das práticas artísticas contemporâneas afro-brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/5hhV36K>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*; traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.

MENESES, Ulpiano B. *Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática*. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c8J8w9aAaY&ab_channel=SISEMSP. Acesso em: 7 junho. 2021.

MOMBAÇA, Jota. *Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala*. Buala. 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicasquanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 5 de maio. 2021.

MOMBAÇA, Jota. *Não Vão nos Matar Agora*. Editora Cobogó de Livros, 202.

MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL. Home. 2012. Disponível em: <http://www.mds.org.br/>. Acesso em: 1 maio. 2021.

MUSEU DA PESSOA. Coleção TransHistórias, 2014. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/colecao/transhistorias-97477>. Acesso em: 1 maio. 2021.

MUSEU TRANSGÊNERO DE HISTÓRIA E ARTE. Disponível em: <https://mutha.com.br/>. Acesso em: 1 dezembro. 2021

NASCIMENTO, Tatiana. *Da palavra queerlombo ao cuierlombo da palavra*. Disponível em: <https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>. Acesso em: 1 de maio. 2021.

POLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2., n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Alessandra. Racismo e LGBTIfobia estrutural no Brasil. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; PORTO, Isaac (org). *Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil*. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, p.34-53. 2020. Acesso em: 30 maio. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O Local do Testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03-20. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 10 junho. 2021.

SCHUCMAN, Lia V.. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: 10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 21 de junho. 2021.

VARGAS ESCOBAR, G. Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 5-41, 29 Abr. 2021.